

**RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO**

**Região Administrativa Especial de Macau:**

**Relatório Anual de 2019**

**Resumo**

Desde a transferência da soberania de Macau para a República Popular da China, em 1999, a União Europeia e os seus Estados-Membros têm acompanhado de perto a evolução política e económica na Região Administrativa Especial de Macau (RAE) de acordo com o princípio «um país, dois sistemas». A União Europeia continua a respeitar a política de «uma só China» e apoia o princípio «um país, dois sistemas» e a respetiva aplicação. O presente relatório anual sobre a evolução da situação em Macau é apresentado a fim de dar cumprimento ao compromisso assumido perante o Parlamento Europeu em 1997.

Em 2019, o princípio «um país, dois sistemas» continuou a ser aplicado, em benefício da RAE de Macau, da China em geral e da comunidade internacional.

Em dezembro, tomou posse o novo Chefe do Executivo, Ho Iat-Seng. O Presidente Xi Jinping realizou uma visita de três dias a Macau para assinalar a nomeação e o vigésimo aniversário da transferência da soberania de Macau.

Em 2019, os direitos e as liberdades fundamentais da população macaense continuaram a ser, de um modo geral, respeitados e o Estado de direito foi mantido, no âmbito do princípio «um país, dois sistemas» consagrado na Lei Básica de Macau. Os meios de comunicação social macaenses continuaram a exprimir um amplo leque de pontos de vista, não obstante as preocupações quanto ao aumento da autocensura.

Apesar de a Lei Básica e outros atos legislativos não preverem a introdução do sufrágio universal, a UE incentiva as autoridades de Macau a fomentar uma maior participação pública nas eleições para o cargo de Chefe do Executivo e para a Assembleia Legislativa.

Na frente económica, Macau continua a ser o maior centro de casinos do mundo, sendo o turismo do jogo o motor de crescimento económico da região. O abrandamento da atividade económica chinesa e a guerra comercial entre os EUA e a China foram os principais fatores que contribuíram para uma contração de 3,5 % do PIB de Macau. Tal evidencia o facto de a sua economia, de reduzida dimensão e amplamente aberta, ser fortemente dependente da evolução económica, financeira e política da China continental. Os esforços de diversificação continuam, com êxito moderado, tendo em conta que as atividades de jogo ainda representam cerca de metade do PIB.

A cooperação económica com a China continental foi reforçada em 2019: por ocasião da visita do Presidente Xi foram anunciadas novas medidas no domínio dos serviços financeiros, com vista a apoiar a diversificação macaense.

**Evolução política**

No final do ano, a eleição do novo Chefe do Executivo, Ho Iat-Seng, e as nomeações para outros cargos de liderança originaram alterações significativas no Governo de Macau.

A Comissão Eleitoral selecionou Ho Iat-Seng como novo Chefe do Executivo para substituir Fernando Chui, em 25 de agosto, com 392 votos a favor num total de 400 votos. Tendo em conta que um candidato alternativo precisaria de 66 nomeações por parte da Comissão Eleitoral, Ho Iat-Seng foi eleito para o cargo sem oposição.

O novo Governo entrou em funções em 20 de dezembro. O novo Chefe do Executivo tomou posse durante uma visita de três dias a Macau do Presidente Xi Jinping. Dois dos cinco secretários, o Secretário para a Segurança e o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, conservaram o seu cargo da administração anterior. Três dos membros em funções do Conselho Executivo, composto por 11 membros, conservaram o seu cargo.

Várias iniciativas legislativas foram objeto de uma atenção significativa ao longo do ano.

Um projeto de lei sobre a cibersegurança foi convertido em lei em 22 de dezembro de 2019. Um dos seus requisitos é o registo obrigatório com o nome verdadeiro dos utilizadores de serviços de telecomunicações no caso de serviços como a compra de cartões pré-pagos, medida que será aplicada pelos prestadores de serviços de telecomunicações. Os fornecedores de serviços de Internet conservarão registos da atividade em linha dos seus utilizadores durante pelo menos um ano. Os operadores de infraestruturas fundamentais (tais como transportes, telecomunicações, eletricidade e fornecimento de água) estão mandatados para aplicar as medidas de cibersegurança. Será criado um novo Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC), sob a coordenação da Polícia Judiciária, para funcionar como um centro de receção de todos os incidentes de cibersegurança e para monitorizar a transmissão e o fluxo de dados. As violações da lei poderão ser puníveis com multa de 50 000 MOP a 5 milhões de MOP.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak, salientou que as autoridades não irão monitorizar as atividades em linha individuais ou restringir a liberdade de expressão, uma vez que a Polícia Judiciária irá apenas monitorizar a circulação de dados e não analisar o respetivo conteúdo. A Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau (ATFPM) enviou uma carta ao Secretário para a Segurança na qual manifesta preocupações sobre a compatibilidade da nova lei com a Lei Básica no que se refere às liberdades individuais e outras questões.

Uma nova lei de proteção civil proposta proíbe a divulgação de falsas informações e rumores em situações de emergência. A medida será aplicável apenas quando as medidas de proteção civil das autoridades forem plenamente ativadas, em situações de emergência tais como tufões. As revisões do projeto de lei foram bem acolhidas, apesar de as organizações da sociedade civil e da imprensa terem manifestado preocupações sobre o potencial impacto da medida sobre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

A proposta de alteração da legislação sobre a eleição do Chefe do Executivo para evitar um único candidato final para o cargo de topo no governo, apresentada por de um legislador pró-democracia, foi rejeitada com base no facto de apenas o Governo poder propor alterações à estrutura política de Macau.

A polícia anunciou que as primeiras 50 câmaras de vigilância pública com reconhecimento facial em Macau seriam instaladas e testadas até ao final do primeiro trimestre de 2020. Além disso, serão instaladas e testadas cerca de 50 câmaras de tráfego para reconhecimento das chapas de matrícula dos veículos. As autoridades locais tencionam instalar 2 400 câmaras de videovigilância em seis fases até 2023. A polícia indicou numa declaração, em 7 de novembro de 2019, que a tecnologia de reconhecimento facial apenas seria utilizada quando a polícia estivesse a investigar casos de crime.

As autoridades de Macau continuaram a evocar preocupações de segurança como justificação para a recusa de entrada em Macau de jornalistas, ativistas da sociedade civil e figuras públicas, incluindo alguns provenientes de Hong Kong. Apesar de as autoridades de imigração de Macau poderem recusar a entrada no seu território, existe falta de transparência em tais casos.

**Direitos, liberdades e igualdade de oportunidades**

Os direitos e as liberdades fundamentais e o Estado de direito foram, de um modo geral, respeitados na medida garantida na Lei Básica de Macau e em conformidade com o princípio «um país, dois sistemas».

Não houve, até ao momento, quaisquer iniciativas de criação de um organismo independente de defesa dos direitos humanos, de acordo com a recomendação do Comité contra a Tortura das Nações Unidas, em dezembro de 2015.

A **liberdade de imprensa** foi, de um modo geral, respeitada, embora a autocensura tenha sido cada vez mais praticada. A Associação de Jornalistas de Macau (AJM) emitiu declarações ao longo do ano que chamaram a atenção para questões relacionadas com a liberdade de imprensa, por exemplo, no que se refere à pressão exercida anteriormente a uma visita de Xi Jinping.

A **liberdade de reunião** foi, de um modo geral, respeitada em Macau. No entanto, a polícia não autorizou as manifestações públicas destinadas a demonstrar solidariedade com os manifestantes em Hong Kong. Em 30 de setembro de 2019, o Tribunal de Última Instância rejeitou um recurso contra a proibição de um protesto contra a violência policial em Hong Kong, tendo decido que tal protesto seria ilegal por vários motivos, nomeadamente porque «interferiria nos assuntos internos de Hong Kong». O 30.º aniversário dos acontecimentos da Praça de Tiananmen foi assinalado com uma vigília à luz das velas.

Em 8 de julho, a Assembleia Legislativa aprovou um projeto de lei de iniciativa governamental que prevê um **salário mínimo** legal para todos os trabalhadores, exceto os empregados domésticos e os trabalhadores com deficiência. Macau não aplicou de forma efetiva os **princípios de liberdade de associação e de negociação coletiva** consagrados nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A UE continua a incentivar Macau a fazê-lo.

Estão a ser envidados esforços consideráveis para abordar a questão do **tráfico de seres humanos** através de várias medidas, incluindo formação na luta contra o tráfico para os funcionários governamentais e investigação de casos suspeitos de trabalho forçado. A UE está preparada para intensificar a cooperação para dar resposta a este desafio global.

A **discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género** continua a suscitar preocupação, em especial no domínio do emprego, da educação e dos cuidados de saúde. A lei que penaliza a violência doméstica não abrange ainda as relações entre pessoas do mesmo sexo. Em junho de 2014, o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas instou Macau a adotar legislação exaustiva em matéria de luta contra a discriminação.

Macau continuou a lutar com firmeza contra a **corrupção** através de várias medidas, incluindo o trabalho do Comissariado contra a Corrupção (CCAC). Em dezembro de 2019 foi nomeado um novo Comissário contra a Corrupção. O relatório anual do CCAC, publicado em março, destacou as principais preocupações e os esforços contínuos no combate à corrupção entre os funcionários públicos.

**Evolução económica**

Em 2019, Macau continuou a ser uma das economias mais ricas do mundo em termos de PIB *per capita*, com a **maior indústria do jogo do mundo**.

Ao longo do ano, **a economia de Macau contraiu-se cerca de 4,7 %** essencialmente devido a uma redução das exportações de serviços e do investimento. O investimento diminuiu cerca de 20,1 % em relação ao ano anterior devido principalmente a uma redução do investimento na construção. As exportações ligadas ao jogo diminuíram 4 % de um ano para o outro, enquanto os serviços de turismo diminuíram 5,7 %. A diminuição das exportações de serviços resultou em grande medida de uma diminuição de 8 % das despesas dos visitantes de Macau. Embora o número de turistas tenha aumentado cerca de 10 % ao longo do ano (para um total de 39,4 milhões de visitantes, 70 % dos quais provenientes da China continental), as despesas *per capita* diminuíram cerca de 16,5 %, compensando, deste modo, o aumento do número de turistas.

Não obstante a recessão, **Macau está ainda numa situação de pleno emprego**. A taxa de desemprego tem sido persistentemente inferior a 2 % ao longo dos últimos oito anos (incluindo durante a recessão de 2014-2016) e 2019 não foi exceção. Num tal contexto, a RAE depende fortemente de trabalhadores estrangeiros, que representam aproximadamente 40 % da mão-de-obra total. A inflação manteve-se sob controlo, em 2,75 %, em 2019.

**A situação financeira de Macau manteve-se sólida em 2019.** A RAE dispõe de grandes reservas (580 mil milhões de MOP ou 67 mil milhões de EUR) e as suas finanças registaram sistematicamente excedentes.

Em termos de **políticas económicas**, além da consolidação do turismo e do jogo (os principais setores de atividade de Macau), prosseguiram os esforços de vários anos no sentido da diversificação económica. Tais prioridades foram reiteradas pelo novo Chefe do Executivo de Macau, Ho Iat-Seng, no discurso de tomada de posse e na mensagem de Ano Novo em dezembro, na qual descreveu uma plataforma política centrada na economia e nos meios de subsistência. A diversificação prossegue nos seguintes domínios:

* desenvolvimento do setor de congressos e exposições e dos setores criativos;
* promoção do desenvolvimento de Macau como um centro da medicina tradicional chinesa;
* promoção de serviços financeiros especializados, tais como serviços de locação financeira; bem como
* desenvolvimento de Macau como uma plataforma de serviços de comércio e de cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa.

Não obstante os esforços de diversificação, **Macau continua a ser fortemente dependente do jogo e do turismo e o setor do jogo, só por si, ainda representa metade do PIB**. Um objetivo do plano de desenvolvimento quinquenal 2016-2020 de Macau consiste em aumentar para 9 %, até 2020, a parte das receitas dos operadores de casinos provenientes de fontes não ligadas ao jogo. De acordo com um relatório de dezembro sobre a diversificação económica, elaborado pelo Departamento de Estatísticas e Censos, as fontes não ligadas ao jogo representaram 9,97 % das receitas dos operadores de casinos em 2018. No que se refere à diversificação para além do jogo e do turismo, incluindo o desenvolvimento do setor financeiro, a escassez de mão-de-obra devidamente qualificada constitui um problema para Macau.

**Continuam a existir desafios substanciais no que se refere à proteção do meio ambiente e à política climática.** As únicas evoluções significativas em 2019 foram a tão esperada aplicação de um regime de tarifação dos sacos plásticos, a melhoria do pré-tratamento de resíduos antes da exportação e a instalação de mais carregadores de veículos elétricos, máquinas destinadas à reciclagem de garrafas de plástico e bebedouros em toda a RAE. Ao longo do ano, foi aberta linha da Taipa do metro ligeiro de Macau, após longos atrasos.

**Cooperação regional**

O tão esperado plano para a **Zona da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau** foi divulgado em fevereiro de 2019. Macau foi designado como uma das quatro principais cidades (juntamente com Hong Kong, Shenzhen e Guangdong) para desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da região. O plano prevê que Macau, embora continue a diversificar a sua economia, deve consolidar a sua posição como centro de turismo e de lazer de craveira mundial e como plataforma de serviços de comércio e de cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Quatro meses após a divulgação do plano, o Governo de Macau divulgou um anexo do plano de desenvolvimento quinquenal (2016-2020) que abrange a sua parte na construção da Zona da Grande Baía. Ao longo do ano, foram anunciadas diversas medidas, nomeadamente a intensificação da cooperação aduaneira e a possibilidade de os macaenses viverem, estudarem e trabalharem mais facilmente noutro local da Zona da Grande Baía.

**A cooperação no domínio dos serviços financeiros avançou em 2019.** Em fevereiro, no âmbito do plano para a Zona da Grande Baía, Macau foi incumbido da realização de um estudo de viabilidade sobre o estabelecimento de um mercado de valores mobiliários denominado em renmimbi. Em outubro, a Autoridade Monetária de Macau [apresentou um pedido](https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3032746/plans-offshore-renminbi-nasdaq-macau-submitted-beijing) à administração central nesse sentido. Em julho, a China [emitiu](https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3042844/macaus-yuan-remittance-limit-raised-same-level-hong-kong) as primeiras obrigações do Tesouro *offshore* em Macau no montante de dois mil milhões de renmimbi (286 milhões de USD).

Por ocasião da visita do Presidente Xi Jinping a Macau, em dezembro de 2019, foi anunciado um pacote de medidas destinadas a apoiar a diversificação económica, com especial foco no setor financeiro. A medida mais publicitada foi um anúncio do Banco Popular da China de que o limite diário de transferências em renmimbi a partir de Macau aumentaria de 50 000 para 80 000 renmimbi, atingindo o mesmo nível de Hong Kong. Tendo em conta que tais transferências se referem a transferências feitas por indivíduos e não por empresas, o anúncio foi em grande parte simbólico. Além disso, circularam notícias segundo as quais seriam acelerados os planos para a criação de uma nova bolsa de valores denominada em renmimbi e de um centro de liquidação em renmimbi. Foram igualmente divulgadas políticas destinadas a incentivar a instalação em Macau de instituições bancárias e companhias de seguros continentais, bem como destinadas a apoiar a expansão para Macau de sociedades financeiras continentais.

No que se refere ao seu **papel como elemento de ligação entre a China e os países de língua portuguesa**, Macau aspira a ser um centro de compensação em renmimbi e um centro de comércio e de serviços comerciais para os países de língua portuguesa e a China, um centro de negociação de produtos dos países de língua portuguesa e um centro de congressos e exposições para cooperação económica e comercial.

Juntamente com Zhuhai, Macau está a codesenvolver a ilha de **Hengqin**, localizada no leste de Macau, na província de Guangdong. Hengqin possui várias infraestruturas, incluindo um «vale do empreendedorismo para jovens», o parque industrial, científico e tecnológico de medicina tradicional chinesa de Guangdong-Macau, o parque industrial de cooperação Guangdong-Macau e o *campus* da Universidade de Macau. Durante a sua visita a Macau, o Presidente Xi anunciou que seria concedido um terreno adicional na ilha a Macau, com vista a apoiar o seu desenvolvimento em domínios como a educação e os cuidados de saúde.

**Relações bilaterais entre a UE e Macau**

Em 2019, **a UE permaneceu a segunda maior fonte de importações de Macau, a seguir à China continental**, representado 27,6 % do total das importações do território. Por outro lado, apenas 1,5 % das exportações de produtos da RAE teve como destino a Europa. A UE continua a manter excedentes comerciais de longa data com Macau. Uma explicação para tal é o crescimento sustentado da procura de importações de Macau ao longo dos anos, em conjunto com o crescimento dos seus setores do jogo e do turismo, e uma diminuição na indústria manufatureira para aproximadamente 1 % do PIB.

As **trocas comerciais** a nível bilateral aumentaram cerca de 27,1 %, atingindo o valor de 1,2 mil milhões de EUR em 2019. As exportações da UE para Macau atingiram 1,1 mil milhões de EUR, ou seja, um aumento de 33,2 % em relação ao ano anterior, o que conduziu a um excedente comercial de mil milhões de EUR. Macau é um mercado em expansão para os bens europeus de luxo. Entre as principais exportações da UE, contam-se produtos de luxo em couro, roupa, relógios e joias, produtos alimentares, bebidas e automóveis.

A UE é o terceiro maior **investidor** estrangeiro de Macau, a seguir a Hong Kong e à China continental (excluindo centros financeiros *offshore*). Segundo as estatísticas macaenses, a UE representou 5,3 % (15,6 mil milhões de MOP) do total de *stock* de IDE em 2018. Portugal isoladamente representa 60 % do investimento da UE em Macau, ou seja, 9,2 mil milhões de MOP.

A **23.ª reunião do Comité Misto UE-Macau** teve lugar em 11 de junho de 2019, em Bruxelas. Abordou um conjunto alargado de questões, incluindo o comércio e investimento, a cooperação multilateral, a tributação, os contratos públicos, a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, questões ambientais e o tráfico de seres humanos.

Foi criado um mecanismo de cofinanciamento no âmbito do programa **Horizonte 2020** da UE, na sequência da reunião do Comité Misto UE-Macau em 2015. Em novembro de 2019, a UE e o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia de Macau (FDCT) organizaram em conjunto uma conferência em Macau destinada à apresentação de oportunidades de cooperação com a Europa e ao debate de formas de melhorar a participação de Macau no programa Horizonte 2020, uma vez que não fora selecionada nenhuma entidade de Macau para financiamento ao abrigo do programa.

Tal como todos os anos, em 2019, a **Câmara de Comércio Europeia de Macau (MECC[[1]](#footnote-1))** e a **Câmara de Comércio Europeia de Hong Kong** coordenaram em conjunto a participação europeia no Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau (MIECF), em março, e na Feira Internacional de Comércio e Investimento de Macau (MIF), em outubro.

O **Programa de Cooperação Macau-UE no domínio jurídico** contribui para a modernização e o desenvolvimento do sistema jurídico de Macau. Estão a ser exploradas possibilidades de alargamento da cooperação neste domínio. A UE e Macau continuaram a sua colaboração de longa data no domínio da interpretação de conferência em 2019. Foram organizados, desde 2006, cursos de formação para intérpretes de Macau com formadores da Direção-Geral da Interpretação da Comissão Europeia. Desde 2010, foram organizados seminários anuais no Instituto Politécnico de Macau (IPM), que reúnem formadores da UE e intérpretes de diversos ministérios chineses, bem como diretores de universidades em Macau e na China continental. O novo Centro Internacional Português de Formação em Interpretação de Conferência, inaugurado em dezembro de 2019 no IPM, beneficiou a vertente académica da cooperação UE-Macau neste domínio.

1. A Câmara de Comércio Europeia de Macau é uma organização híbrida com membros diretos (que representam empresas) e membros das câmaras de comércio nacionais dos países da UE. [↑](#footnote-ref-1)